

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 22/82

de 17 de Agosto

### Prevenção do tabagismo

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e do n.º 2 do artigo 169.º da Constituição, o seguinte:

#### ARTIGO 1.º

##### (Conceito de tabaco)

As folhas, parte de folhas e nervuras da planta *Nicotina tabacum*, L., *Nicotina rustica*, L., são consideradas tabaco, quer sejam comercializadas na forma de cigarro, cigarrilha ou charuto, quer cortadas para cachimbo ou para a feitura manual de cigarros.

#### ARTIGO 2.º

##### (Proibição de publicidade)

1 — São proibidas todas as formas de publicidade ao tabaco através de canais publicitários nacionais ou com sede em Portugal.

2 — É proibido colocar nomes, marcas ou emblemas de um produto à base de tabaco em objectos de consumo que não sirvam directamente ao uso do tabaco.

#### ARTIGO 3.º

##### (Proibição de fumar)

1 — Fora das áreas expressamente destinadas a fumadores, é proibido o uso do tabaco nos seguintes locais:

- a) Em todas as unidades em que se prestam cuidados de saúde;
- b) Nos locais destinados a menores, nomeadamente estabelecimentos de assistência infantil;
- c) Nos estabelecimentos de ensino;
- d) Nos recintos desportivos fechados;
- e) Nas salas de espectáculos e outros locais de diversão e de ocupação de tempos livres em recinto fechado.

2 — Mantém-se em vigor a Portaria n.º 212/78, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, de 18 de Abril de 1978.

A proibição estabelecida nas alíneas a), b) e c) entende-se sem prejuízo dos respectivos regulamentos internos.

#### ARTIGO 4.º

##### (Publicidade negativa e teores)

As embalagens de cigarros destinadas ao consumidor devem conter de forma clara, em local perfeitamente visível e em caracteres que permitam fácil leitura:

- a) Mensagens que alertem o consumidor para os efeitos nocivos do tabaco e que desmotive o consumo;

- b) Os teores de nicotina e de condensado ou alcatrão, expressos em miligramas por cigarro;
- c) A classificação de «baixo», «médio» ou «alto» referenciada aos respectivos teores.

#### ARTIGO 5.º

##### (Limites dos teores)

Serão estabelecidos periodicamente limites máximos para os teores referidos no artigo 4.º, que devem ser progressivamente diminuídos.

#### ARTIGO 6.º

##### (Estatística)

A Secretaria de Estado da Saúde fará anualmente o acompanhamento estatístico dos resultados da aplicação da presente lei, a fim de introduzir na respectiva regulamentação as alterações que a evolução do consumo do tabaco venha a aconselhar.

#### ARTIGO 7.º

##### (Regulamentação)

A presente lei será regulamentada pelo Governo no prazo de 90 dias após a sua publicação.

#### ARTIGO 8.º

##### (Punição das infracções)

1 — A violação do disposto no artigo 3.º é punida com multa de 100\$;

2 — A violação do disposto nos artigos 2.º e 4.º é punida com multa de 50 000\$ a 1 000 000\$.

#### ARTIGO 9.º

##### (Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor 180 dias após a data da publicação.

Aprovada em 25 de Junho de 1982.

O Presidente da Assembleia da República, *Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias*.

Promulgado em 20 de Julho de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO RAMALHO EANES*. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

## PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Gabinete do Primeiro-Ministro

#### Resolução n.º 135/82

No uso da competência que lhe é conferida pelo disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da ANOP — Agência Noticiosa Portu-